

CONTRATO CEDAE N.º 110 /2019 (DSG)

Contrato que entre si celebram a **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE)** e a **IDEXX BRASIL LABORATÓRIOS LTDA.**

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE**, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, nº 2.655 - Cidade Nova - Rio de Janeiro, registrada na JUCERJA sob o nº 5000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ sob o nº 33.352.394/0001-04, por seus representantes legais ao final assinados, Sr. HELIO CABRAL MOREIRA, Diretor Presidente e Sr. MARCOS ABI-RAMIA CHIMELLI, Diretor de Saneamento e Grande Operação, doravante denominada **CEDAE** e a **IDEXX BRASIL LABORATÓRIOS LTDA**, situada Rua Santa Clara, nº 236, Parque Industrial San José, Cotia, São Paulo - SP, CEP: 067.158-67, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.377.455/0001-20, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por meio de sua procuradora ao final assinado, Sr.^a LIDIA MAYUMI SHIGAKI, brasileira, solteira, portadora da cédula de identidade nº 19.526.270 (SSP/SP), inscrita no CPF sob nº 162.924.698-08, residente e domiciliada na Rua Joaquim Norberto, nº 479, São Paulo - SP, resolvem celebrar o presente Contrato de **"AQUISIÇÃO DE FRASCOS ESTÉREIS PARA LABORATÓRIOS DE CONTROLE DE QUALIDADE DE ÁGUA E ESGOTOS DA CEDAE"**, com fundamento no processo administrativo nº **E-07/100.476/2018**, mediante **Pregão Eletrônico nº 315/2019**, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto Estadual nº 31.864, de 16/09/2002, com a aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, com as alterações resultantes da Lei Federal nº 8.883/94 e da Lei Federal nº 9.648/98, pela Lei Estadual nº 287, de 04/12/79, Decreto Estadual nº 3.149/80, Lei Complementar nº 123/2006 e pelo instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente CONTRATO tem por objeto a aquisição de **"AQUISIÇÃO DE FRASCOS ESTÉREIS PARA LABORATÓRIOS DE CONTROLE DE QUALIDADE DE ÁGUA E ESGOTOS DA CEDAE"**, item 01, do Anexo I ao Edital, conforme tabela abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. (UN)
01	FRASCO PARA COLETA ESTÉRIL COM TIOSSULFATO DE SÓDIO (Quantidade suficiente para eliminação do cloro residual (3mg/L) contido em 100 ml de amostra). Lacre de segurança que granta a esterilidade do frasco. Fechamento que assegure a integridade da amostra coletada e evite vazamento. Cor: Transparente Capacidade: 120 ml Marcação de nível em 100 ml Material: Polipropileno ou Poliestireno	136.000

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, contados a partir da entrega da Ordem de Fornecimento, sendo a entrega fracionada, conforme previsto no Termo de Referência (Anexo II deste Edital).

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CEDAE

Constituem obrigações da **CEDAE**:

- a) efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, vinculados ao presente contrato;
- c) exercer a fiscalização do contrato;
- d) receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) entregar o objeto do presente contrato, na quantidade, qualidade, local e prazos especificados no Termo de Referência, obedecendo as condições do Edital do **Pregão Eletrônico nº 315/2019** e de sua Proposta aprovada na Licitação e instruções, fornecidos ou aprovados pela **CEDAE**, documentos que independentemente de transcrição passam a fazer parte integrante e complementar do presente para todos os efeitos de direito, ressalvando-se, contudo que, em caso de divergência, entre as condições do Edital e este contrato prevalecerá o Edital, caso a divergência seja entre o contrato e a proposta da **CONTRATADA**, esta prevalecerá.
- b) entregar o objeto do contrato sem qualquer ônus para a **CEDAE**, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como transporte, frete, embalagem, testes, seguros, carga e descarga e ainda quaisquer tributos de qualquer natureza que incidam sobre o fornecimento ora pactuado;
- c) atender todas as determinações da fiscalização da **CEDAE**;
- d) responder pelo contrato na forma da lei.
- e) manter o estoque mínimo de bens necessários à execução do objeto do contrato;
- f) indenizar todo e qualquer prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus propostos à **CEDAE** ou terceiros.
- g) comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para adoção das providências cabíveis.

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de **2019**, assim classificados:

Programa de Trabalho: 2200022016

Código Orçamentário: 33.90.30.06

Fonte de Recursos: 10

Conta Contábil: 411110206

Centros de Custos: DI05000000/ DI01000000/ DI02000000/ DI03000000/ DI04000000/ DI06000000/
DG0003000/ DG00040000/ DS04000000.

ID da Reserva Orçamentária: 2019000794

CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO:

Ao presente contrato, em regime de contratação por preço unitário, é atribuído o valor total de **R\$ 137.360,00 (cento e trinta e sete mil, trezentos e sessenta reais)**, conforme tabela abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. (UN)	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	FRASCO PARA COLETA ESTÉRIL COM TIOSSULFATO DE SÓDIO (Quantidade suficiente para eliminação do cloro residual (3mg/L) contido em 100 ml de amostra). Lacre de segurança que granta a esterilidade do frasco. Fechamento que assegure a integridade da amostra coletada e evite vazamento. Cor: Transparente Capacidade: 120 ml Marcação de nível em 100 ml Material: Polipropileno ou Poliestireno.	136.000	1,01	137.360,00
TOTAL:				137.360,00

CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por Comissão de Fiscalização, devidamente nomeada e designada para este fim pelo Diretor Presidente da CEDAE.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem às relativas ao do pagamento, na seguinte forma:

- provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;
- definitivamente, após verificação da qualidade e quantidade do material, após decorrido o prazo de 03 (três) dias de observação e vistoria que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados. Os bens ou os materiais cujos padrões de qualidade e desempenho estejam em desacordo com a especificação do edital serão recusados pelo responsável pela execução e fiscalização do contrato, que anotará em

registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

PARÁGRAFO QUARTO: A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

PARÁGRAFO QUINTO: A instituição e a atuação da fiscalização não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados à **CEDAE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluía ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a **CEDAE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATADA** se obriga a cumprir as determinações da Lei nº 6514 de 22 de dezembro de 1977 e da Portaria nº 3214 de 08 de julho de 1978 e suas Portarias Modificadoras, que aprovam as Normas Regulamentadoras do Capítulo V, título II, da CLT, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho.

CLÁUSULA NONA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A **CEDAE** deverá pagar à **CONTRATADA** o valor total de **R\$ 137.360,00 (Cento e trinta e sete mil, trezentos e sessenta reais)**, em parcelas de acordo com as quantidades fornecidas e aprovadas pela fiscalização, sendo o pagamento efetuado mediante crédito em conta corrente do Banco Bradesco S/A, de acordo com as informações prestadas no Formulário "Solicitação de Cadastro de Credor".

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** deverá encaminhar a nota fiscal, juntamente com o material, ao Local de Entrega especificado na Ordem de Fornecimento, bem como deverá encaminhar os documentos comprobatórios de situação regular em relação ao INSS e ao FGTS, sempre que aqueles que foram apresentados em atendimento às exigências de habilitação estiverem com a validade expirada.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATADA** deverá emitir NOTA FISCAL ELETRÔNICA – NF-e, consoante o Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS 85, de 9 de julho de 2010.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O prazo para pagamento é de 30 (trinta) dias, a contar da data final do adimplemento de cada parcela.

PARÁGRAFO QUARTO: Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pela Comissão de Fiscalização.

PARÁGRAFO QUINTO: Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa do contratado, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

PARÁGRAFO SEXTO: Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 2,0% ao mês *pro rata die*.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

O contratado que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, e terá o seu registro no Cadastro de Fornecedores suspensos pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital, contrato e das demais cominações legais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A inexecução do contrato, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária pela Administração Pública Estadual Direta e Indireta, nos termos do inc. III do art. 87 da Lei 8.666/93;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública em geral, assim considerados todos os Entes Federativos.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

PARÁGRAFO QUARTO: A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante, devendo ser aplicada pela autoridade competente, na forma abaixo descrita:

- a) a advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b", do caput desta cláusula, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.
- b) a suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com Administração Pública Estadual Direta e Indireta, prevista na alínea "c", será imposta pelo Presidente desta Companhia, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.
- c) a aplicação da sanção prevista na alínea "d", é de competência exclusiva do Secretário de Estado da Pasta a que a Entidade se encontra vinculada.

PARÁGRAFO QUINTO: A multa administrativa, prevista na alínea "b", do caput, observará o seguinte:

- a) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;
- b) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual n.º 3.149/80.
- c) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade;
- d) não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso e por inadimplemento contratual, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa;

PARÁGRAFO SEXTO: A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c", do caput, observará o seguinte:

- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea "d", do caput, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

PARÁGRAFO OITAVO: A reabilitação referida pelo parágrafo sexto poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

PARÁGRAFO NONO: O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o saldo não atendido do contrato, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral, com aplicação da multa por inadimplemento ou das sanções administrativas.

PARÁGRAFO DÉCIMO: O valor das multas previstas na alínea "b", do item 18.1, e no item 18.8, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrado judicialmente;

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a", "b" e "c", do caput, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea "d".

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO: Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO: Os licitantes, adjudicatários e contratados que forem penalizados com as sanções de suspensão e impedimento, previstas na alínea "c" do caput desta cláusula, ficarão impedidos de contratar especificamente com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, enquanto os penalizados com a declaração de inidoneidade, prevista na alínea "d", ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública, direta e indireta, de todos os demais Entes Federativos, e isso enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO: As penalidades serão registradas pela **CEDAE** no seu Cadastro de Fornecedores, e comunicadas à Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO: Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas "c" e "d" do caput desta cláusula, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública em geral.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: EXTINÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO

A **CEDAE** poderá denunciar o contrato por motivo de interesse público ou celebrar, amigavelmente, o seu distrato na forma da lei; a rescisão, por inadimplemento das obrigações da **CONTRATADA** poderá ser declarada unilateralmente após garantido o devido processo legal, mediante decisão motivada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O não cumprimento de cláusulas contratuais; a falência; a cessão ou subcontratação parcial ou total do fornecimento sem prévia autorização por escrito da **CEDAE**, constituem causas para rescisão do contrato, de acordo com o Art. 78 da Lei 8.666/93.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, produz efeitos em relação a **CONTRATADA** a partir da sua ciência e a terceiros a partir da publicação em Diário Oficial.

PARÁGRAFO QUARTO: Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, a **CEDAE** poderá:

- a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente;
- b) cobrar da contratada multa de 10% (dez Por cento), calculada sobre o saldo reajustado do objeto contratual não executado e;
- c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior a multa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

Caso a **CEDAE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor da ação, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês,

despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

PARÁGRAFO ÚNICO: As importâncias decorrentes de qualquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CEDAE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento da **CEDAE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Em qualquer caso, o consentimento na cessão não importa na quitação, exoneração ou redução da responsabilidade, da cedente **CONTRATADA** perante a **CEDAE**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante a **CEDAE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do fornecimento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XV da Lei 8.666/93, pela **CONTRATADA**, sem a prévia autorização judicial.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, no prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta da **CEDAE**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O presente instrumento só terá validade após sua publicação no órgão de Divulgação Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, data da assinatura e fundamento do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: - DAS MEDIDAS DE INTEGRIDADE

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Na execução do presente Contrato é vedado às partes, dentre outras condutas:

- a) Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja;
- b) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;
- c) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- d) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato; ou
- e) De qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ("Leis Anticorrupção"), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A **CONTRATADA** compromete-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o **Código de Ética e Conduta da CEDAE**, presente no link www.cedae.com.br/governancacorporativa.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A violação aos parágrafos primeiro e segundo pelos administradores, empregados ou prestadores de serviços da **CONTRATADA**, a depender da gravidade da infração e dos danos causados à CEDAE, acarretará na aplicação das sanções administrativas previstas no contrato, rescisão unilateral e/ou ressarcimento de perdas e danos apurados.

PARÁGRAFO QUARTO - A comunicação imediata à CEDAE de eventual violação aos parágrafos primeiro e segundo, acompanhada das medidas tomadas pela **CONTRATADA**, suficientes para sanar a violação, desde que preservados os negócios da CEDAE, sua imagem e reputação, serão consideradas como atenuantes para o fim previsto no parágrafo anterior.

PARÁGRAFO QUINTO - A **CONTRATADA** se obriga a possuir e manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no "conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública".

PARÁGRAFO SEXTO - O programa de integridade será obrigatório nos contratos com prazo de vigência igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias cujo valor ultrapasse R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), para compras e serviços, ou R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para obras e serviços de engenharia; sendo facultativo nos demais casos.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A **CONTRATADA** que não possuir o programa de integridade já implantado deverá constituí-lo no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da assinatura deste contrato.

PARÁGRAFO OITAVO - O não atendimento ao disposto no parágrafo sétimo implicará na aplicação de multa moratória de 0,02%, por dia, incidente sobre o valor do contrato.

PARÁGRAFO NONO - O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 10% do valor do contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO - O não cumprimento da exigência durante o período contratual acarretará na impossibilidade da contratação da empresa com a Administração Direta e Indireta do Estado do Rio de Janeiro até a sua regular situação.

PARÁGRAFO DÉCIMO-PRIMEIRO - O cumprimento da exigência da implantação não implicará ressarcimento das multas aplicadas.

PARÁGRAFO DÉCIMO-SEGUNDO- Caberá ao Gerente do Contrato, sem prejuízo de suas demais atribuições, conforme estabelecido no artigo 11 da Lei Estadual 7.753 de 02/10/2017, fiscalizar a aplicabilidade de seus dispositivos.

PARÁGRAFO DÉCIMO-TERCEIRO- As ações e deliberações do Gerente do Contrato não poderão implicar interferência na gestão das empresas nem ingerência de suas competências, devendo ater-se a responsabilidade de aferir a implantação do Programa de Integridade por meio de prova documental emitida pela **CONTRATADA**."

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em **03 (três) vias** de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, 26 de setembro de 2019.

Pela **CEDAE**:

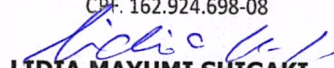


HELIO CABRAL MOREIRA
Diretor Presidente



MARCOS ABI-RAMIA CHIMELLI
Diretor de Saneamento e Grande Operação

Pela **CONTRATADA**:

IDEXX BRASIL LABORATORIOS LTDA.
Lidia Mayumi Shigaki
CPF. 162.924.698-08

LIDIA MAYUMI SHIGAKI
Procuradora

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ RG: _____

Nome: _____ RG: _____

Ref. Contr-IDEXX-BRASIL-LABORATÓRIOS-aquisição-de-frascos-esteréis-PE-315-2019-VBO

ATO DOS SECRETÁRIOS
*RESOLUÇÃO CONJUNTA SECCG/SES Nº 33
DE 13 DE SETEMBRO DE 2019

PROFERE DECISÃO SOBRE A QUALIFICAÇÃO DE ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS COMO ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DE SAÚDE, NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA E O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Estadual nº 6.043, de 19 de setembro de 2011, que dispõe sobre a qualificação de entidades sem fins lucrativos como Organizações Sociais no âmbito da Saúde, no Decreto nº 43.261, de 27 de outubro de 2011, e na Resolução Conjunta SES/SEFAZ nº 501, de 21 de agosto de 2017, e

CONSIDERANDO o relatório final elaborado pela Comissão de Qualificação designada pela Resolução Conjunta SECCG/SES nº 14, de 28 de maio de 2019, juntado ao Processo nº E-08/001/18/2019,

RESOLVE:

Art. 1º - Indeferir a qualificação definitiva do VIVA RIO entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 00.343.941/0001-28.

Art. 2º - A qualificação acima indeferida é restrita para atuação da entidade nas seguintes áreas:

- I - Hospital Geral de alta complexidade (OSS HOSPITAL GERAL);
- II - Maternidade Pública (OSS MATERNIDADE);
- III - Hospital Pediátrico (OSS HOSPITAL PEDIÁTRICO);

Art. 3º - Esta Resolução Conjunta entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 13 de setembro de 2019

JOSÉ LUÍS CARDOSO ZAMITH
Secretário de Estado da Casa Civil e Governança

EDMAR JOSÉ ALVES DOS SANTOS
Secretário de Estado de Saúde

* Omitida no D.O. de 16.09.2019.

Id: 2211085

ATO DOS SECRETÁRIOS
*RESOLUÇÃO CONJUNTA SECCG/SES Nº 34
DE 13 DE SETEMBRO DE 2019

PROFERE DECISÃO SOBRE A QUALIFICAÇÃO DE ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS COMO ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DE SAÚDE, NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA E O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Estadual nº 6.043, de 19 de setembro de 2011, que dispõe sobre a qualificação de entidades sem fins lucrativos como Organizações Sociais no âmbito da Saúde, no Decreto nº 43.261, de 27 de outubro de 2011, e na Resolução Conjunta SES/SEFAZ nº 501, de 21 de agosto de 2017, e

CONSIDERANDO o relatório final elaborado pela Comissão de Qualificação designada pela Resolução Conjunta SECCG/SES nº 14, de 28 de maio de 2019, juntado ao Processo nº E-08/001/18/2019,

RESOLVE:

Art. 1º - Indeferir a qualificação definitiva da Sociedade Viver, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 04.329.345/0001-44.

Art. 2º - A qualificação acima indeferida é restrita para atuação da entidade nas seguintes áreas:

- I - Unidades de Pronto Atendimento 24H - UPA 24H (OSS UPA 24H);
- II - Hospital Geral de alta complexidade (OSS HOSPITAL GERAL) e
- III - Maternidade Pública (OSS MATERNIDADE).

Art. 3º - Esta Resolução Conjunta entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 13 de setembro de 2019

JOSÉ LUÍS CARDOSO ZAMITH
Secretário de Estado da Casa Civil e Governança

EDMAR JOSÉ ALVES DOS SANTOS
Secretário de Estado de Saúde

* Omitida no D.O. de 16.09.2019.

Id: 2211086

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOSDESPACHO DA SUPERINTENDENTE
DE 26/09/2019

PROCESSO Nº E-08/604009/2012 - SÉRGIO PEREIRA DA SILVA, Identidade Funcional nº 3152974-7. Tendo em vista o atendimento dos pressupostos estabelecidos no § 19, do art. 40, da Constituição Federal de 1988, acrescido pela Emenda Constitucional nº 41/2003 combinada com o artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2006, o servidor FAZ JUS ao abono de permanência a partir de 21/10/2016.

Id: 2210915

SUBSECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

DESPACHOS DO SUBSECRETÁRIO
DE 16.09.2019

PROCESSO Nº E-03/16060322/2009 - RENATA DE ASSUMÇÃO MONTEIRO DOMINGOS, ID Funcional 41964195, Professor Docente I - 16 horas, vínculo 2 (SEEDUC) e Docente II - D3, matrícula nº 976036 (Prefeitura Municipal de Cabo Frio).

PROCESSO Nº E-03/8612209/2011 - SELMA REGINA DOS SANTOS AFONSO, ID Funcional 38673835, Professor Docente I - 16 horas, vínculos 1 e 4 (SEEDUC).

PROCESSO Nº E-03/11000038/2012 - MARA BORGES SILVA, ID Funcional 41831128, Professor Docente I - 16 horas, vínculos 4 e 5 (SEEDUC).

PROCESSO Nº E-03/014/1898/2013 - MARIA AUGUSTA ALVES DE MOURA E MELO, ID Funcional 42569168, Professor Docente I - 16 horas, vínculo 2 (SEEDUC) e Professor II, matrícula nº 264.593-5 (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro).

PROCESSO Nº E-03/013/3339/2013 - WILDER ECLEBER DE FREITAS, ID Funcional 50110470, Professor Docente I - 30 horas, vínculos 1 e 2 (SEEDUC).

PROCESSO Nº E-03/011/834/2014 - MARCELA SOARES MACHADO CARDOZO, ID Funcional 43832490, Professor Docente I - 16 horas, vínculos 1 e 2 (SEEDUC).

PROCESSO Nº E-03/004/2386/2015 - MARIA DAS NEVES DA SILVA PEREIRA MARTINS, ID Funcional 50726170, Professor Docente I - 16 horas, vínculo 1 (SEEDUC) e Professor I, matrícula nº 1000788-1 (Prefeitura Municipal de São Francisco do Itabapoana).

LÍCITA A ACUMULAÇÃO DE CARGOS PELOS SERVIDORES, NOS TERMOS DO ART. 37, INCISO XVI, ALÍNEA "A", DA CRFB/1988.

Id: 2210739

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 03/09/2019

DESIGNA SÉRGIO CLAUDIO COUNAO MARQUES, Analista de Qualidade D, como Presidente, ADALTON ORCAI FIALHO, AMAURY CARVALHO DE OLIVEIRA JUNIOR, PAULO GOMES DO COUTO, GIOVANI CARDOSO DE FREITAS, FERNANDO AUGUSTO DE ABREU ARRUDA e SANDRO ARANTES DRUMOND COUTINHO, Agentes de Saneamento I, JOAO RICARDO CONSTANCIO, Técnico de Laboratório IV, SHEILA BARBE MARTINS, JOVIANO DIOGO PIRES e MANOEL FERREIRA FELIX, Técnicos de Laboratório III, ANDERSON VIEIRA MANSUR e ALVARO SILVA ANDRADE, Agentes de Saneamento H, RANIERI FELISBERTO NOGUEIRA, Técnico de Contabilidade II, CARLOS LUIZ CALDAS, Agente de Saneamento F, JOSE LIMA NETO, Agente Administrativo F, LUIZ CLAUDIO CAMARGO DE CARVALHO, Analista de Qualidade C e NECICLEIBE BENICIO DA SILVA OLIVEIRA, Agente de Saneamento D como membros titulares e ALEXANDRE JORGE DA SILVEIRA FELIX, Agente de Saneamento C, Gerente do Contrato MARCIO MONTEIRO DE AZEVEDO, Técnico de Contabilidade II e ALESSANDRO DA CUNHA MOREIRA, Agente Administrativo F, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização destinada à "AQUISIÇÃO DE FRASCOS ESTÉREIS PARA LABORATÓRIOS DE CONTROLE DE QUALIDADE DE ÁGUA E ESGOTOS DA CEDAE", de que trata o Processo nº E-07/100.476/2018, Ordem de Serviço P/FIS nº 26.079-00/2019.

Id: 2210833

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 24/09/2019

DESIGNA CARINA LEAL DOS SANTOS, Engenheira B, como Presidente, MAYRA DE CASTILHO BIELSCHOWSKY, Engenheira D, como membro suplente, Gerente do Contrato ELEONORA DA COSTA ANTUNES, Assessora Adjunta e ARI RICARDO CARVALHO DE ALMEIDA, Agente de Saneamento F, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização destinada ao "PROJETO ESTRUTURAL PARA CONTENÇÃO DA ENCOSTA DA UT TUNEL IV - BAIRRO CARARAL - MUNICÍPIO DE PARACAMBI", de que trata o Processo nº E-07/100.325/2018, Ordem de Serviço P/FIS nº 26.215-00/2019.

Id: 2210834

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 26/09/2019

DESIGNA MARIA DA GLORIA DA CONCEIÇÃO BENETTI, Téc. Contabilidade II, como Presidente, MARCELO MENEZES DE MIRANDA SANTOS, Contador B e JESSICA ALONSO HANG DA ROCHA, Assessora de Departamento, como membros titulares e MARCO ANTONIO DE ANDRADE RODRIGUES, Agente Administrativo E, como membro suplente, Gerente do Contrato PAULO FERREIRA DE OLIVEIRA, Agente Administrativo E e FERNANDA DA SILVA PACHECO SILVA, Contadora C, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização destinada ao "CONTRATO DE LOCAÇÃO EMERGENCIAL DE IMÓVEL SITUADO NA RUA MARIZ E BARROS, Nº 1024 - APTO 101 - TIJUCA - CIDADE DE JANEIRO - RJ, BENEFICIADA: LUIZ MARIA FRANCISCO E FAMILIA", de que trata o Processo nº E-07/100.270/2017, Ordem de Serviço P/FIS nº 26.339-00/2019 - Revoga O.S. "E" nº 14.813/2017.

Id: 2210805

Secretaria de Estado de
Governo e Relações Institucionais

SUBSECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

APOSTILAS DO SUBSECRETÁRIO DE GESTÃO
DE 26/09/2019

2º TERMO ADITIVO Nº 006/2018 - Pelo presente apostilamento, fica RETIFICADO o 2º Termo Aditivo do Contrato SEGOV nº 004/2018, celebrado entre o Estado do Rio de Janeiro, pela Secretaria de Estado de Governo e Relações Institucionais, e a Empresa VELOZ TRANSPORTE LTDA., para locação de 20 (vinte) veículos tipo hatch e 01 (um) veículo automotor tipo carga, adesivados, sem fornecimento de motorista e combustível, publicado no dia 19.09.2019, pag. 32, no DOERJ, no que tange à dotação orçamentária.

Onde se lê:

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2019, assim classificadas:

Natureza das Despesas: 3.3.9.0.39
Fonte de Recurso: 100

Programa de Trabalho: 1401.14.125.0124.1166

PARÁGRAFO ÚNICO - As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

Leia-se:

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2019, assim classificadas:

Natureza das Despesas: 3.3.9.0.39

Fonte de Recurso: 100

Programa de Trabalho: 1401.14.125.0124.1166

Natureza das Despesas: 3.3.9.0.39

Fonte de Recurso: 100

Programa de Trabalho: 1401.04.129.0124.7883

PARÁGRAFO ÚNICO - As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

Ficam ratificadas todas as demais condições estabelecidas no contrato administrativo.

2º TERMO ADITIVO Nº 004/2019 - Pelo presente apostilamento, fica RETIFICADO o 2º Termo Aditivo do Contrato SEGOV nº 004/2018, celebrado entre o Estado do Rio de Janeiro, pela Secretaria de Estado de Governo e Relações Institucionais, e a empresa VELOZ TRANSPORTE LTDA., para locação de 15 (quinze) veículos tipo hatch, adesivados, sem fornecimento de motorista e combustível, publicado no dia 19.09.2019, pag. 32, no DOERJ, no que tange à dotação orçamentária.

Onde se lê:

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2019, assim classificadas:

Natureza das Despesas: 3.3.9.0.39

Fonte de Recurso: 100

Programa de Trabalho: 1401.14.125.0124.1166

PARÁGRAFO ÚNICO - As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

Leia-se:

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2019, assim classificadas:

Natureza das Despesas: 3.3.9.0.39

Fonte de Recurso: 100

Programa de Trabalho: 1401.14.125.0124.1166

Natureza das Despesas: 3.3.9.0.39

Fonte de Recurso: 100

Programa de Trabalho: 1401.04.129.0124.7883

PARÁGRAFO ÚNICO - As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

Ficam ratificadas todas as demais condições estabelecidas no contrato administrativo.

Id: 2210948

Secretaria de Estado de Fazenda

ATO DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO SEFAZ Nº 67 DE 26 DE SETEMBRO DE 2019

CRIA COMISSÃO PERMANENTE DE TOMADA DE CONTAS PARA OS FINS QUE MENCIONA, NOS TERMOS DA DELIBERAÇÃO TCE/RJ Nº 279/2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO que compete ao titular de cada unidade jurisdicionada a instauração de tomada de contas para apurar a responsabilidade de pessoa física, órgão ou entidade que deixarem de prestar contas e das que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte, ou possa resultar, dano, ao erário, devidamente quantificado.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica criada Comissão Permanente de Tomada de Contas, formada por servidores públicos, titulares de cargo ou emprego público, de provimento efetivo.

§ 1º - Compete à Comissão a formação, condução e instrução do procedimento com vistas a adotar providências, em caráter de urgência, para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação pecuniária do dano nos casos previstos na legislação em vigor.

§ 2º - Os membros desta comissão não poderão estar envolvidos com os fatos a serem apurados, possuir qualquer interesse no resultado e nem mesmo integrar o quadro de servidores dos órgãos de controle interno, devendo, para tanto, firmar declaração específica.

Art. 2º - Ficam designados para compor a referida Comissão os seguintes servidores:

PRESIDENTE
David Lopes de Souza - Id. Funcional 1931457-4

MEMBROS EFETIVOS
Neusa Lourenço Silva - Id. Funcional 4204055-8

Alexandre Emilio Zaluar - Id. Funcional 4380871-9

MEMBROS SUPLENTE
André Coutinho de Barros - Id. Funcional 4365076-7

André Moreira Nunes Neto - Id. Funcional 4427277-4

Art. 3º - Em caso de impedimento do Presidente da Comissão, a Tomada de Contas será presidida por um dos membros efetivos.

Art. 4º - A Comissão atuará em consonância com as orientações e determinações contidas na Deliberação TCE/RJ nº 279, de 24 de agosto de 2017 e anexos.

Art. 5º - Da presente Resolução será dado imediato conhecimento aos órgãos de controle e ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 6º - Fica revogada a Resolução SEFAZ nº 335, de 23 de outubro de 2018.

Art. 7º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 26 de setembro de 2019

LUIZ CLÁUDIO RODRIGUES DE CARVALHO
Secretário de Estado de Fazenda

Id: 2210788

DESPACHO DO SECRETÁRIO
DE 26.09.2019

PROCESSO Nº E-04/079/6116/2016 - ZAMBONI COMERCIAL LTDA, - INDEFIRO.

Id: 2210789

SUBSECRETARIA DE GESTÃO E TECNOLOGIA
DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ATOS DA DIRETORA-GERAL

PORTARIA DOAF Nº 1820 DE 24 DE SETEMBRO DE 2019

DESIGNA MEMBROS DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO.

A DIRETORA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores SÉRGIO AUGUSTO DA COSTA NASCIMENTO, ID Funcional 617753-0, como Fiscal Técnico, IZABEL CRISTINA BESSA, ID Funcional 5007693-0, como Fiscal Administrativo, NATÁLIA DOS SANTOS PEREIRA, ID Funcional 5026106-2, como Fiscal Operacional do Edifício Sede da SEFAZ, ANDRESSA SALES DE CARVALHO, ID Funcional 5016093-1, Fiscal Operacional do Edifício Estácio de Sá e demais unidades da Capital e ERITON FERNANDES RAMOS, ID Funcional 5093451-1, como Fiscal Operacional das Unidades do Interior e Postos de Controle Interestaduais, para compor a Comissão de Acompanhamento da Execução, do Recebimento e da Fiscalização do Contrato nº 022/2019, celebrado com a empresa CNS NACIONAL DE SERVIÇOS LTDA, constante do Processo Administrativo nº SEI-04/177/000483/2019, conforme disposto no Decreto nº 45.600, de 16 de março de 2016.

1849	2019	Cartório do Juizado Especial Adjunto Criminal - Comarca de Miracema	0003226-13.2017.8.19.0034	321/2018/OF
2165	2019	Cartório da 3ª Vara Criminal - Comarca da Capital	0093816-77.2013.8.19.0001	3247/2017/OF
2243	2019	Cartório da 23ª Vara Criminal - Comarca da Capital	0294887-91.2017.8.19.0001	145/2019/OF
2284	2019	Cartório da 36ª Vara Criminal - Comarca da Capital	0012206-87.2013.8.19.0001	2346/2018/OF
2341	2019	Cartório da 1ª Vara Criminal - Regional de Madureira	0028767-29.2017.8.19.0202	2357/2018/OF
2978	2019	Cartório da 43ª Vara Criminal - Comarca da Capital	0123153-20.2018.8.19.0001	1915/2019/OF
3131B	2019	Cartório da 43ª Vara Criminal - Comarca da Capital	0176648-53.2017.8.19.0001	3297/2018/OF
3135	2019	Cartório da 1ª Vara Criminal - Regional de Jacarepaguá	0011442-72.2016.8.19.0203	2024/2019/OF
3175	2019	Cartório da 1ª Vara Criminal - Comarca de Itaboraí	0055903-67.2015.8.19.0002	3636/2018/OF
3176	2019	Cartório da 1ª Vara Criminal - Comarca de Itaboraí	0005230-90.2016.8.19.0023	3114/2017/OF
3177	2019	Cartório da 1ª Vara Criminal - Comarca de Itaboraí	0007198-58.2016.8.19.0023	3842/2018/OF
3178	2019	Cartório da 1ª Vara Criminal - Comarca de Itaboraí	0007378-74.2016.8.19.0023	896/2019/OF
3179	2019	Cartório da 2ª Vara Criminal - Comarca de Itaboraí	0045516-76.2016.8.19.0002	577/2018/OF
3180	2019	Cartório da 2ª Vara Criminal - Comarca de Itaboraí	0014298-84.2016.8.19.0023	1488/2018/OF
3181	2019	Cartório da 1ª Vara Criminal - Comarca de Itaboraí	0014919-51.2016.8.19.0023	3647/2018/OF
3182	2019	Cartório da 1ª Vara Criminal - Comarca de Itaboraí	0020728-32.2016.8.19.0023	4236/2018/OF
3183	2019	Cartório da 1ª Vara Criminal - Comarca de Itaboraí	0000572-86.2017.8.19.0023	2586/2018/OF
3184	2019	Cartório da 1ª Vara Criminal - Comarca de Itaboraí	0019470-50.2017.8.19.0023	3780/2018/OF
3227	2019	Cartório da 1ª Vara Criminal - Comarca de Itaboraí	0064322-61.2013.8.19.0004	3782/2018/OF
3228	2019	Cartório da 1ª Vara Criminal - Comarca de Itaboraí	0004751-97.2015.8.19.0002	1784/2017/OF
3240	2019	Cartório da 23ª Vara Criminal - Comarca da Capital	0242827-78.2016.8.19.0001	1895/2019/OF
3240B	2019	Cartório da 23ª Vara Criminal - Comarca da Capital	0242827-78.2016.8.19.0001	1895/2019/OF
3260C	2019	Cartório da 1ª Vara Criminal - Comarca de Itaboraí	0016223-68.2014.8.19.0087	3392/2018/OF
3289	2019	Cartório da 38ª Vara Criminal - Comarca da Capital	0176647-41.2011.8.19.0001	351/2019/OF
3318	2019	Cartório da 1ª Vara Criminal - Comarca de Itaboraí	0055903-67.2015.8.19.0002	3636/2018/OF
3319	2019	Cartório da 1ª Vara Criminal - Comarca de Itaboraí	0042782-26.2015.8.19.0023	1750/2019/OF
3320	2019	Cartório da 1ª Vara Criminal - Comarca de Itaboraí	0000201-61.2016.8.19.0087	3340/2017/OF
3321	2019	Cartório da 1ª Vara Criminal - Comarca de Itaboraí	0007673-14.2016.8.19.0023	1567/2018/OF
3323	2019	Cartório da 1ª Vara Criminal - Comarca de Itaboraí	0000180-09.2017.8.19.0004	3635/2018/OF
3324	2019	Cartório da 1ª Vara Criminal - Comarca de Itaboraí	0004048-35.2017.8.19.0023	3642/2018/OF
3326	2019	Cartório da 2ª Vara Criminal - Comarca de Itaboraí	0008288-67.2017.8.19.0023	1923/2018/OF
3373	2019	Cartório da 1ª Vara Criminal - Regional de Madureira	0018333-17.2017.8.19.0202	2838/2019/OF
3374	2019	Cartório da 1ª Vara Criminal - Regional de Madureira	0018333-17.2017.8.19.0202	2838/2019/OF
3375	2019	Cartório da 1ª Vara Criminal - Regional de Madureira	0018333-17.2017.8.19.0202	2838/2019/OF
3376	2019	Cartório da 1ª Vara Criminal - Regional de Madureira	0018333-17.2017.8.19.0202	2838/2019/OF
3379	2019	Cartório da 2ª Vara Criminal - Regional de Jacarepaguá	0291004-49.2011.8.19.0001	2359/2015/OF

Id: 2210993

ANEXO II - DPE/RJ

Os lotes abaixo estão relacionados ao art. 402 (Ant. art. 356 da Res.01/00 da Consolidação Normativa)

LOTE	ANO	JUIZO	PROCESSO Nº	AUTORIZAÇÃO
2529	2007	Cartório da 19ª Vara Cível - Comarca da Capital	0045683-92.1999.8.19.0001	Despacho Juiz
7625	2010	Cartório da 14ª Vara da Fazenda Pública - Comarca da Capital	00337316-88.2008.8.19.0001	275/2019/OF
7607	2010	Cartório da 36ª Vara Cível - Comarca da Capital	0073819-35.2002.8.19.0001	Proc. Adm. 2019-0132170
8603	2014	Cartório da 33ª Vara Cível - Comarca da Capital	0302457-41.2011.8.19.0001	416/2018/OF
0576	2017	Cartório da 3ª Vara Cível - Regional de Alcantara	0021534-69.2016.8.19.0087	349/2017/MND
0618	2017	Cartório da 4ª Vara Cível - Regional de Madureira	0010047-82.2016.8.19.0202	349/2017/MND
0537B	2018	Cartório da 3ª Vara Cível - Comarca de Itaboraí	0028363-64.2016.8.19.0023	274/2018/MND
1055	2018	Cartório da 32ª Vara Cível - Comarca da Capital	0497700-15.2014.8.19.0001	659/2018/MND
1808	2019	Cartório da 3ª Vara Cível - Regional de Jacarepaguá	0051065-51.2013.8.19.0203	274/2018/MND
1959	2019	Cartório da 3ª Vara Cível - Regional da Barra da Tijuca	0035865-46.2013.8.19.0209	5750/2018/MND
2246	2019	Cartório da 46ª Vara Cível - Comarca da Capital	0032500-92.2015.8.19.0001	2200/2018/MND
2324	2019	Cartório da 3ª Vara Cível - Regional da Barra da Tijuca	0000261-51.2019.8.19.0203	1022/2019/MND
2368	2019	Cartório da 3ª Vara de Órfãos e Sucessões - Comarca da Capital	0481328-93.2011.8.19.0001	117/2019/MND
2452	2019	Cartório da 3ª Vara Cível - Regional da Barra da Tijuca	0033493-88.2018.8.19.0203	1190/2019/MND
2473	2019	Cartório da 1ª Vara Cível - Comarca da Capital	0106704-35.2000.8.19.0001	313/2019/MND
2542	2019	Cartório da 4ª Vara Cível - Regional da Barra da Tijuca	0041577-78.2018.8.19.0209	932/2019/MND
2546	2019	Cartório da 4ª Vara Cível - Regional de Madureira	0019281-93.2012.8.19.0202	1311/2018/MND
2628	2019	Cartório da 5ª Vara Empresarial - Comarca da Capital	0225064-72.2007.8.19.0001	219/2019/MND
2630	2019	Cartório da 15ª Vara Cível - Comarca da Capital	0076449-98.2017.8.19.0001	889/2019/MND
2631	2019	Cartório da 2ª Vara Cível - Regional de Alcantara	0036798-80.2017.8.19.0004	370/2019/MND
2639	2019	Cartório da 3ª Vara Cível - Comarca da Capital	0255427-97.2017.8.19.0001	543/2019/MND
2745	2019	Cartório da 6ª Vara Cível - Comarca de São Gonçalo	0031387-26.2017.8.19.0004	372/2019/MND
2747	2019	Cartório da 1ª Vara Cível - Regional de Madureira	0013207-52.2014.8.19.0202	628/2019/MND
2748	2019	Cartório da 42ª Vara Cível - Comarca da Capital	0201180-69.2017.8.19.0001	344/2019/MND
2860	2019	Cartório da 1ª Vara Cível - Comarca da Capital	0039384-74.2013.8.19.0001	597/2019/MND
2861	2019	Cartório da 7ª Vara Cível - Regional da Barra da Tijuca	0018792-64.2014.8.19.0209	1154/2019/MND

Id: 2210994

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 110/2019 (DSG).
PARTE: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a IDEXX BRASIL LABORATÓRIOS LTDA.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE FRASCOS ESTÉREIS PARA LABORATÓRIOS DE CONTROLE DE QUALIDADE DE ÁGUA E ESGOTOS DA CEDAE.
PRazo: 12 (doze) meses.
VALOR TOTAL: R\$ 137.360,00 (cento e trinta e sete mil trezentos e sessenta reais).
DATA DE ASSINATURA: 26/09/2019.
FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-07/100.476/2018 (Pregão Eletrônico nº 315/2019).

Id: 2210935

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 074/2019 (DTP).
PARTE: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a INSTITUTEX CONSULTORES LTDA.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROJETO ESTRUTURAL PARA CONTENÇÃO DA ENCOSTA DA UT TUNEL IV - BAIRRO CABRAL - MUNICÍPIO PARACAMBI.
PRazo: 90 (noventa) dias.
VALOR: R\$ 67.310,00 (sessenta e sete mil trezentos e dez reais).
DATA DE ASSINATURA: 20/09/2019.
FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-07/100.325/2019 (Dispensa de Licitação nº 02/2019 - DTP -).

Id: 2210836

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ASSESSORIA DE LICITAÇÕES

AVISO

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 328/2019 - ADPR-31.
OBJETO: LOCAÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR PARA AS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTOS DA DS.
A ASSESSORIA DE LICITAÇÕES comunica que encontra-se à disposição dos interessados no Portal de Compras Caixa no endereço Eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br, a Errata 01, com as alterações efetuadas no edital do Pregão Eletrônico em epígrafe. Comunicamos ainda que a licitação teve sua data de realização adiada para o dia 10/10/2019, às 11:00 horas no mesmo local anteriormente divulgado.

Id: 2210806

Secretaria de Estado de Fazenda

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato nº 012/2019.
PARTE: ESTADO DO RIO DE JANEIRO, através da SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA e a SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES.
OBJETO: CESSÃO DE USO de bens móveis, doravante designado simplesmente OBJETO DA TRANSFERÊNCIA que vinha sendo administrado pelo TRANSMITENTE.
DATA DA ASSINATURA: 18/08/2019.
FUNDAMENTO: Lei Estadual nº 287/1979.
PROCESSO Nº: SEI-33/018/000529/2019

Id: 2210676

Secretaria de Estado de Desenvolvimento
Econômico, Emprego e Relações Internacionais

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 006/2016.
PARTE: Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - JUCERJIA e Hewlett Packard Brasil LTDA.
OBJETO: Prorrogação da vigência do Contrato por mais 12 (doze) meses, assim como a concessão do reajuste contratual.
VALOR: Dê-se ao termo aditivo o valor de R\$ 545.511,12 (quinhentos e quarenta e cinco mil quinhentos e onze reais e doze centavos).
DATA DA ASSINATURA: 18 de setembro de 2019.
VIGÊNCIA: 19/09/2019 a 18/09/2020.
FUNDAMENTO DO ATO: Art. 57, inciso IV, c/c o Art. 55, inciso III, da Lei nº 8.666/93.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: E-11/006/370/2015.

Id: 2210883

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
EDITAL

A JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO INTIMA a Licitadora Pública FERNANDA AZEVEDO CARDOSO, matrícula 144, a respeito do julgamento de processo administrativo disciplinar E-22/01157/2019, nos termos do art. 50, § 5º, da Instrução Normativa DREI nº 17/201, que será realizado pelo Plenário da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em sessão que ocorrerá no dia 05 de novembro de 2019, às 13:00 h, na Av. Rio Branco, nº 10, 4º Andar, Sala Marca Aurélio Sayão Parente.

A JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO INTIMA o Licitador Público MARCO AURÉLIO CANDIDO, matrícula 158, a respeito do julgamento de processo administrativo disciplinar E-22/01169/2019, nos termos do art. 50, § 5º, da Instrução Normativa DREI nº 17/201, que será realizado pelo Plenário da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em sessão que ocorrerá no dia 06 de novembro de 2019, às 13:00 h, na Av. Rio Branco, nº 10, 4º Andar, Sala Marca Aurélio Sayão Parente.

Id: 2210982

LOTERIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO

CONCORRÊNCIA Nº 001/2018

LOTERIA CONVENCIONAL (MÚLTIPLAS CHANCES)

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA LOTERIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - LOTERJ torna pública que realizará no dia 31 de outubro de 2019, às 15h, a licitação, abaixo discriminada:
LICITAÇÃO: CONCORRÊNCIA Nº 001/2018.
LOCAL: Rua Sete de Setembro, nº 170 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20.050-002.

OBJETO: Contratação de empresa para prestar serviços de elaboração de produtos (logos), estocagem, distribuição e comercialização, proposição, orientação e execução de campanhas publicitárias dos jogos de LOTERIA CONVENCIONAL (Múltiplas Chances), no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, na distribuição em papel, na forma do instrumento convocatório e anexos, como Projeto Básico (Anexo I), da Proposta-Detalhe (Anexo II) e das disposições contratuais, especialmente as relativas às Obrigações da Contratante e da Contratada, constantes da minuta de Contrato (Anexo IV).
TIPO: Menor Preço Global.
VALOR TOTAL ESTIMADO: 128.078.389,25 (cento e vinte oito milhões, setenta e oito mil trezentos e oitenta e nove reais e vinte e cinco centavos).

O Edital e seus anexos poderão ser adquiridos junto a Comissão Permanente de Licitação - CPL, mediante a apresentação do carimbo CNPJ, contendo a razão social da empresa, a permuta de 1 (uma) resma de papel A4, 75g/m², cor branco, acompanhada de 1 (um) CDR virgem, 700MB, na sede da Loteria do Estado do Rio de Janeiro - LOTERJ, situada na Rua Sete de Setembro, nº 170, 3º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20.050-002, de segunda a sexta-feira, das 10h às 17h, com até 72 (setenta e duas) horas antes da data prevista para a entrega da documentação. Informações pelos telefones/fax: (21) 2332-6440 / (21) 2332-8400 e/ou pelo correio eletrônico cpl@loterj.rj.gov.br. PROCESSO Nº E-12/080/268/2018.

Id: 2210874

LOTERIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO

ERRATA Nº 002

CONCORRÊNCIA Nº 001/2018

LOTERIA CONVENCIONAL (MÚLTIPLAS CHANCES)

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA LOTERIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - LOTERJ torna pública a ERRATA Nº